

Castelo de Amieira: diálogos entre a arqueologia, a arquitectura e uma certa *arqueologia sentimental*

Heloísa Valente dos Santos*
 Tânia Maria Falcão*
 *Arqueóloga
 Archeo'Estudos, Investigação
 Arqueológica, L. da
 heloisa@archeoestudos.com
 tania@archeoestudos.com

Introdução

Na sequência das obras de restauro no Castelo de Amieira do Tejo o IPPAR promoveu a realização de sondagens arqueológicas, no sentido de compreender alguns dos vestígios arquitectónicos visíveis, um pouco por todas as paredes da fortaleza e também pensando na hipótese de integrar eventuais realidades arqueológicas no projecto de reabilitação daquele espaço.

No interior da praça de armas foram efectuadas cinco sondagens. No espaço intramuros, também designado por "liça" foi realizada apenas uma, num total intervencionado de cerca de 129 m².

A realização destes trabalhos arqueológicos veio complementar as anteriores sondagens realizadas em 1997, sendo os resultados bastantes similares.

Nessa campanha, também realizada por nós, foram efectuadas quatro sondagens no largo fronteiro ao castelo e dez no espaço intramuros num total de 163 m².

Enquadramento histórico

O sítio de Amieira encontrava-se incluído na famosa concessão de Guidimtesta, a grande área que D. Sancho I concedeu à Ordem do Hospital para que a colonizasse e a defendesse.

De entre as obras reformadoras encetadas pelos hospitalários encontra-se a edificação, na vila de Amieira, de um castelo, com carácter de fortaleza, onde se notam diferentes influências, nomeadamente de outras construções da mesma ordem. Trata-se de uma construção de raiz onde as soluções construtivas denotam claramente uma intenção militar, mas dentro de um discurso que se insere já numa linguagem gótica.

De acordo com Pedro Cid¹, trata-se de uma concepção mais racionalizada e planeada, sendo que o castelo

que defendia Amieira possuía várias características que na época se revelaram pioneiras em Portugal.

Esta fortaleza caracteriza-se por ser um espaço simples, rectangular, protegido por uma cerca de muralhas, com três elegantes torres quadrangulares, para além da imponente e simbólica torre de menagem. Possuíam, ainda uma barbacã e, no meio da praça de armas, uma cisterna para armazenamento de água.

A partir dos dados bibliográficos e historiográficos, sabemos que a sua construção se iniciou durante os anos de 1350-1360, uma vez que a carta régia de 27 de Maio de 1359 refere que, nessa data, as obras se encontravam ainda inacabadas.

Depois da sua conclusão, serviu como local de refúgio e descanso para D. Álvaro Pereira.

Após a morte de D. Fernando, o Castelo de Amieira tomou partido, primeiro por D. Beatriz, de acordo com a orientação política de D. Pedro Álvares Pereira, e posteriormente à Batalha dos Atoleiros, em Maio de 1384, por D. João Mestre de Avis, sob influência de Nun'Álvares.

Durante a crise dinástica de 1383-1385, o Castelo de Amieira foi palco de alguns conflitos, ainda que não existam informações sobre incidentes ou ataques directos ao castelo².

Só no século XV, em 1440, e tomando por fidedignas as fontes documentais, é que o Castelo de Amieira sofre o seu primeiro cerco, de curta duração, porque não terá oferecido muita resistência. Este cerco ocorreu dentro de um quadro de peleja entre a rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte, e D. Pedro, seu cunhado, à data regente do reino, sendo que é possível que o castelo tenha sido então parcialmente destruído e depois reconstruído e modificado.

São algumas as referências a diversos trabalhos de restauro de muros durante o reinado de D. João II, sendo que, em 1515, durante o reinado de D. Manuel, foram efectuadas obras de maior dimensão nos muros e na própria fortaleza.

Segundo Leo Wevers, as modificações arquitectónicas realizadas em finais do século XV e inícios do século XVI foram importantes na medida em que transformaram um edifício de cariz puramente militar num castelo residencial³.

Supõe-se que date de meados do século XVII a construção de várias casas de habitação no interior do castelo, sendo que existem referências de que estas se encontravam já abandonadas em 1747.

Em 1759, pelas informações cedidas pelo pároco da vila, João Ferreira da Rocha, respondendo ao inquérito ordenado pelo marquês de Pombal de modo a averiguar os estragos do Terramoto de 1755, sabe-se que o edifício se encontrava numa situação de abandono e degradação, que se vinha já verificando, ainda que de forma gradual, desde meados do século XVII.

Data de 1846 a transformação da praça de armas em cemitério como resposta ao decreto que proibia o enterramento dentro das igrejas e adros das mesmas, tendo-se entaipado por essa altura a porta de frontaria do castelo.

Esta solução encontrada pela população de Amieira pode ter assim contribuído de forma clara para a preservação do próprio castelo, uma vez que a sacralização do espaço intramuros e o facto de a ele só se ter acesso pela porta da igreja impossibilitou a destruição dos panos das muralhas.

Em 1923, a responsabilidade sobre o Castelo de Amieira transita para o Ministério da Guerra por efeito do decreto de 1922 que o havia classificado como Monumento Nacional. Nesta data é lavrado um contrato no qual o castelo é arrendado à Junta de Freguesia de Amieira pelo ónus de seis escudos.

A grande transformação operada no Castelo de Amieira data da década de 40 do século XX, por intervenção da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), que levou a cabo diversas obras, nomeadamente a eliminação de muretes delimitatórios do cemitério local, a demolição de jazigos particulares construídos junto à fachada lateral da capela e o desentulho e reparação da cisterna.

Trabalhos arqueológicos

Campanhas de 1997 e de 2005

Os trabalhos realizados em 1997 consistiram na abertura de quatro sondagens extramuros e dez sondagens intramuros, num total de 163 m² de área aberta.

Para além de camadas de depósito de terras diferenciadas também foram encontrados alguns esqueletos e estruturas.

O muro identificado na *sondagem n.º 5* estaria relacionado com as casas ali construídas a partir de finais do século XVIII ou inícios do XIX e que ainda existiriam à data do início das obras da DGEMN. Também nas *sondagens n.ºs 6 e 7* foram identificados muros relacionados com as construções existentes, sendo visível na *sondagem n.º 6* o que resta de uma chaminé construída de encontro à torre de menagem. A *sondagem n.º 7* veio confirmar a localização dessas construções, sendo detectado um nível de derrubes de um telhado e um piso de circulação. Seria na ala nordeste e norte que se localizariam as estruturas relacionadas com a prática agrícola dos séculos XVIII e XIX, a acreditar no *Boletim* da DGEMN⁴ e nas fotografias ali registadas.

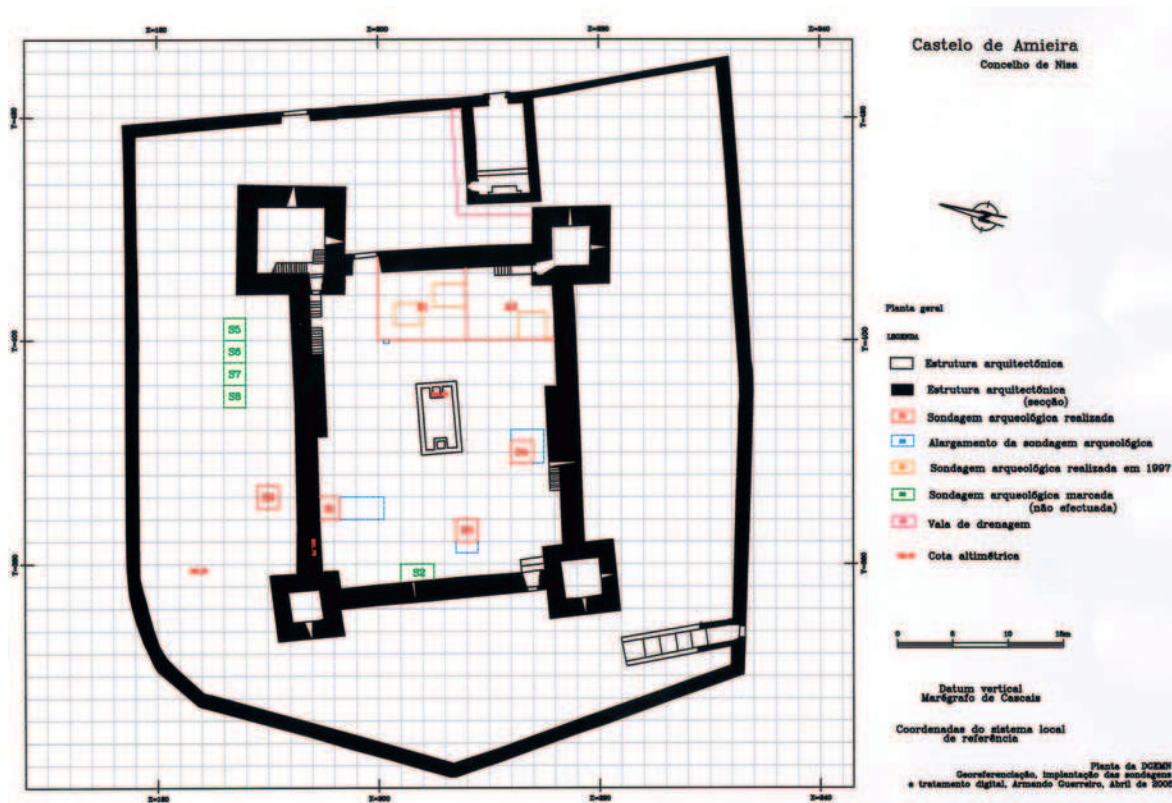
A *sondagem n.º 10*, já localizada no interior da praça de armas, identificou um arranque de muro localizado de encontro ao pano de muralha entre a torre de menagem e a Torre de São João. Esse muro está relacionado com a estrutura que aí se localizaria, sendo ainda evidente, através da análise e observação dos elementos arquitectónicos ainda visíveis, nomeadamente o arco da abóbada e a mísula decorativa e que a historiografia vem identificando como a Capela de São João Baptista ou da Casa do Governador.

A *sondagem n.º 12*, situada no pano sudeste da muralha entre a Torre de São João e a Torre do Sanguinho, também identifica um outro muro que se relaciona com o muro da *sondagem n.º 10* e que corresponderá ao limite exterior da Capela de São João Baptista ou da Casa do Governador, sita sobre a eventual capela ou outra estrutura ali construída.

A *sondagem n.º 13* pôs a descoberto um alicerce de um muro que cremos estar relacionado com algum dos muretes ali existentes e dos quais desconhecemos a função.

Próxima desta sondagem, mas também junto à cisterna existente no centro da praça de armas, realizou-

1. Planta com implantação das áreas de sondagem



-se a *sondagem n.º 14* que permitiu registar o empedrado pétreo que circunda toda aquela estrutura de armazenamento de água.

Nesta sondagem foi detectada a vala de fundação do muro identificado na *sondagem n.º 15* e que estará relacionado com o limite exterior da estrutura que existiria no pano de muralha entre a Torre do Sanguinho e a Torre dos Pandeirinhos e que o arquitecto Tinoco identifica como sendo a cavaliça.

A campanha de 2005 permitiu a abertura de quatro sondagens na praça de armas e uma intramuros, num total de 129 m² (Fig. 1).

Os trabalhos nesta fase foram bastante dificultados e morosos devido ao aparecimento de dezassete esqueletos de adultos, jovens e crianças, que se encontram em estudo laboratorial.

De facto, a intervenção não trouxe grandes novidades. Para além da existência de um universo funerário relacionado com a utilização do castelo como

2. Plano final do alargamento da sondagem n.º 4

Tânia Maria Falcão

3. Piso constituído por argamassas e pedras visível na sondagem n.º 4

Tânia Maria Falcão





cemitério local de 1846 até aos inícios do século XX, apenas a *sondagem n.º 4* forneceu algumas informações acerca das construções existentes no interior do castelo (Fig. 2). Apesar de estar parcialmente destruída por alguns enterramentos, identificaram-se vestígios de uma habitação com parte do piso (Fig. 3), alguns muros e uma canalização com restos de cozinha (ossos de animais, caroços de fruta, espinhas e escamas de peixes). Esta canalização está direccionada para uma das seteiras do castelo (Fig. 4). O registo arqueológico confirma assim os elementos arquitectónicos visíveis nesse pano da muralha entre a Torre de São João Baptista e a Torre do Sanguinho e que Leo Wevers identificou como pertencentes a uma estrutura habitacional ali existente⁵.

Na *sondagem n.º 1*, localizada na fachada entre a Torre dos Pandeirinhos e a torre de menagem, os vestígios arqueológicos encontrados coincidem com o registo arquitectónico presente nessa parede, nomeadamente o muro alinhado que faria parte de uma estrutura que se desenvolvia até à fachada oeste, entre a Torre do Sanguinho e a Torre dos Pandeirinhos até à Porta da Traição. Este muro poderá corresponder ao limite exterior dessa estrutura, possivelmente aquela que o arquitecto Tinoco identificou e desenhou em 1620-1621⁶.

No seu estudo, Leo Wevers⁷ também identifica, na parede norte do pátio actual, uma linha de contorno

vertical de uma parede perpendicular, associada a uma outra linha de contorno inclinado do telhado, que poderão corresponder aos limites de uma estrutura ali existente, talvez a mesma que o arquitecto Tinoco registou.

A *sondagem n.º 3*, realizada no interior dessa construção, permitiu identificar um piso empedrado, eventualmente correspondente ao pavimento desse edifício (Fig. 5). Essa área foi também posteriormente utilizada como espaço funerário no qual se identificaram e escavaram alguns enterramentos (Fig. 6).

Na *sondagem n.º 10*, foi possível registar um muro que se desenvolveria a partir dessa fachada entre a Torre de São João e a Torre do Sanguinho, correspondendo ao limite exterior da construção ali existente e que poderá estar relacionada com o vestígio da parede do pátio da ala principal a que Leo Wevers se refere (Fig. 7)⁷.

A intervenção arqueológica permitiu ainda registar um nível de derrubes, constituído por blocos de pedra e telha, eventualmente relacionado com o telhado da construção ali existente.

Foi ainda identificado o embasamento da Torre de São João e das escadas de acesso.

Em virtude de trabalhos de colocação de um dreno junto à Capela de São João Baptista procedeu-se ao acompanhamento arqueológico da abertura de uma vala. No decorrer destes trabalhos foram identificados

4. Canalização identificada na sondagem n.º 4

Heloísa Valente dos Santos

5. Piso empedrado da sondagem n.º 3

Heloísa Valente dos Santos

6. Enterramento identificado na sondagem n.º 3

Heloísa Valente dos Santos

7. Muro da sondagem n.º 10, limite exterior da estrutura habitacional ali detectada

Tânia Maria Falcão



8. Painela de uma asa

Ricardo Abranches

alguns enterramentos e depósitos secundários. No limite norte da vala surgiu parte de uma estrutura associada aos jazigos ali existentes retirados aquando das obras da DGEMN.

As intervenções arqueológicas permitiram tirar as seguintes conclusões:

- O aproveitamento das terras de exumação dos corpos do cemitério existente no interior da fortaleza (já inactivo na década de 40) como entulho para as obras.
- A existência de algumas estruturas habitacionais localizadas no espaço entre a barbacã e a muralha, possivelmente relacionadas com a prática agrícola e com a guarda de gado.
- A quase inexistência de níveis de utilização e circulação, sendo apenas detectados níveis de abandono ou nivelamento.
- A grande transformação operada pelas obras dos anos 50 no interior da praça de armas e no espaço entre a muralha e a barbacã poderá explicar o facto de não existirem estruturas relacionadas com a ocupação mais antiga daquele espaço.
- O facto de nem todos os enterramentos existentes no interior da praça de armas terem sido retirados nos anos 50 para o novo cemitério, pelo que os enterramentos escavados serão alguns dos que não foram retirados, não sendo anteriores ao século XIX.

9. Fragmentos com decoração empedrada

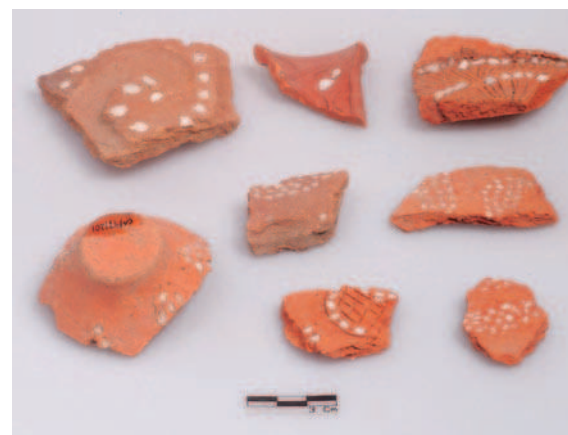
Ricardo Abranches

- A possibilidade de alguns dos níveis de entulhos registados estarem relacionados com obras anteriores efectuadas no castelo.
- A maioria das construções identificadas e que ficaram no registo arquitectónico ainda visíveis datarão na sua maioria dos séculos XVI e XVII.

Os materiais arqueológicos

No decorrer dos trabalhos de escavação foram sendo recolhidos materiais de diversas tipologias. Os números mais representativos correspondem aos fragmentos cerâmicos onde se inserem a cerâmica comum vermelha (Figs. 8 e 9), cerâmica preta, faianças (Fig. 10), vidrados de chumbo e ainda a cerâmica de construção. Na intervenção de 1997 foram recolhidos cerca de 53 331 fragmentos cerâmicos e na de 2005 cerca de 8 872.

Em percentagem menor surgiram os metais: botões (Fig. 11), fivelas, dedais, alfinetes, brincos, anéis,





10. Fragmentos em faiança com decoração
Ricardo Abranches



11. Botão em bronze
Ricardo Abranches

numismas, medalhas, pregos, pegas e dobradiças de urnas entre outros; peças de jogo (Fig. 12); materiais em osso dos quais destacamos dois dados em marfim (Fig. 13); vidros diversos (Fig. 14); fragmentos de madeira e tecido de urnas; escórias; líticos; botões (em madeira, plástico e madrepérola), solas de sapatos em couro, conchas e ainda ossos humanos e animais.

O Castelo de Amieira e uma certa *Arqueologia sentimental*

"[...] Que não se confie tudo apenas ao respeito que é imposto pelo sagrado amor aos mortos que lá dentro repousam no seu último sono e para as quais a velha torre de menagem, levantando-se muito acima das suas três irmãs, aponta para o alto o caminho da Eternidade, para onde as almas vão e não voltam [...]”

Nós, arqueólogos e antropólogos que nos nossos trabalhos de investigação, “tropeçamos” muitas vezes naquilo a que chamamos “vestígios osteológicos” ou “material osteológico” temos, por vezes, uma certa

tendência para nos esquecermos que, afinal, não é só isso. E para todos quantos se identificavam com aqueles esqueletos que, pouco a pouco, íamos escavando também não. É dessa (outra ???) realidade que também queremos dar conta.

Durante os trabalhos realizados pela equipa de arqueologia eram frequentes as visitas da população mais idosa de Amieira, que, curiosa, se ia aproximando para saber o que tínhamos encontrado. Metida conversa, lá iam dizendo que alguns dos seus familiares ali repousavam e sabiam mesmo o sítio exacto onde teriam sido sepultados. A expressão nos rostos destas gentes deixava transparecer alguma consternação e as suas palavras emergiam com um misto de saudade, calma e respeito. Era impossível ficar alheios a esta exteriorização de sentimentos.

Nós, arqueólogos e antropólogos, não ficámos indiferentes a esta realidade. À medida que íamos escavando os vários esqueletos que se cruzavam com o nosso trabalho, lá imaginávamos como seriam as



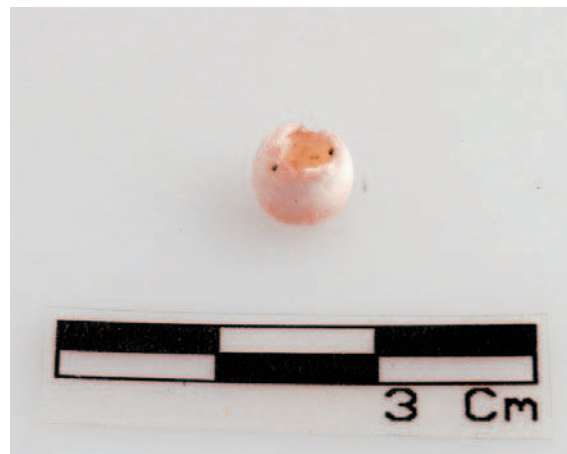
12. Peças de jogo
Ricardo Abranches

13. Dados em marfim

Ricardo Abranches

14. Conta de colar em vidro

Ricardo Abranches



peças, como teriam vivido, o que faziam durante o dia, como ocupavam as horas de lazer, já que, naquele momento apenas podíamos aferir da hora da sua morte.

As raízes de Amieira e da sua população estão também ali sepultadas, fazem também parte dessa grande história que o castelo encerra e que, de tempos a tempos, revela.

¹ CID, Pedro – *Castelo de Amieira do Tejo. Estudo para monografia do IPPAR, recolha documental e sinopse*, p. 116.

² WEVERS, Leo – *Castelo de Amieira do Tejo. Levantamento no âmbito da arqueologia da arquitectura*, p. 90.

³ WEVERS, Leo – *Castelo de Amieira do Tejo. Levantamento no âmbito da arqueologia da arquitectura*, p. 90.

⁴ DGEMN – *Castelo de Amieira do Tejo*. In *Boletim dos Monumentos Nacionais*. N.º 61. Setembro de 1950. Figs. 23 e 25.

⁵ WEVERS, Leo – *Castelo de Amieira do Tejo. Levantamento no âmbito da arqueologia da arquitectura*. Fig. 52, p. 48.

⁶ TINOCO, Pedro Nunes – *Este livro tem todas as plantas e perfis das Igrejas e Vilas do Preorado do Crato, 1620-1621*. Desenhos à pena, aguarelados, 28 fls+ manuscrito, Seminário Religioso das Missões Ultramarinas de Cernache de Bonjardim.

⁷ WEVERS, Leo – *Castelo de Amieira do Tejo. Levantamento no âmbito da arqueologia da arquitectura*. Fig. 94, p. 73, p. 92.

⁸ WEVERS, Leo – *Castelo de Amieira do Tejo. Levantamento no âmbito da arqueologia da arquitectura*. Fig. 54, p. 52.

⁹ *Diário de Notícias*, 22 de Julho de 1920. O autor, Tude Martins de Sousa, refere-se ao estado em que se encontrava o Castelo de Amieira e fazia alusão à sua utilização como cemitério desde 1839 até pelo menos ao ano de 1936.

Bibliografia

AMIGUES, F. GARCIA, M. M. – *Les Ateliers et la céramique de Paterna (XIII-XV.º siècles)*. Musée Saint-Jacques, 1993.

BARROCA, Mário Jorge – *Os Castelos das Ordens Militares em Portugal/séculos XII a XIV*. In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos – Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela. 2002.

– *Arquitectura Militar*. In *Nova História Militar de Portugal* (coordenação de José MATTOSO). Círculo de Leitores. S.1. Vol. I. 2003.

BOTTO, Margarida Donas – *Castelo de Amieira do Tejo*. Guia do IPPAR. Lisboa. 2001.

Catálogo de la Cerámica Medieval de Paterna en la colección Rafael Alfonso Barberá. II Lm. Ajuntament de Paterna: Servei d' Arqueologia.

CID, Pedro – *Castelo de Amieira do Tejo. Estudo para monografia do IPPAR, recolha documental e sinopse*. Lisboa. 2004.

DGEMN – *Inventário do Património Arquitectónico*. <http://www.monumentos.pt/dgemn>.

LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa. 1876.

NOLEN, Jeannette U. S. – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança. 1985.

REAL, M. et alii – *Conjuntos cerâmicos da Intervenção Arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séc. IV-XIX*. In *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Câmara Municipal de Tondela. Maio. 1995.

RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Paulo – *Santa Maria de Flor da Rosa, um estudo de História de Arte*. Câmara Municipal do Crato. 1986.

SOUSA, Tude Martins de, e RASQUILHO, Francisco Vieira – *Amieira do Tejo do Antigo Priorado do Crato*. Figueira da Foz: Tip. Popular. 1936.

VALENTE DOS SANTOS, Heloísa – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica no Castelo de Amieira do Tejo*. Abril de 1997.